

# No rastro da madeira de exportação

■ Greenpeace vincula 6 empresas de beneficiamento com a extração ilegal

A organização ambientalista Greenpeace entregou ontem ao procurador da república no Amazonas, Sérgio Lauria, relatório, baseado nos autos de infração e apreensão aplicados pelo Ibama, provando que todas as empresas exportadoras de laminados e compensados do Amazonas, entre 1997 e 1999, foram punidas por envolvimento com madeira ilegal.

“Os dados fornecidos pelo Greenpeace apontam claramente o envolvimento de *patrões de madeira* no comércio de produtos florestais ilegais, além de comprometer empresas madeireiras voltadas ao mercado internacional”, afirmou o procurador Lauria, após analisar o relatório, prometendo que todos os envolvidos – tanto os fornecedores de madeira como os responsáveis pelas empresas consumidoras da matéria-prima – serão ouvidos em audiências públicas.

**Envolvimento** – As seis empresas produtoras de compensados e laminados no estado (Amaplac, Cifec, Carolina, Compensa, CIM e Gethal), segundo o Greenpeace, têm envolvimento com madeira ilegal. Em 1998, essas empresas consumiram quase 70% da madeira produzida no Amazonas e responderam por mais de 85% do total das exportações de produtos madeireiros.

Ainda segundo a organização ambientalista, 14 dos 32 fornecedores tradicionais dessas empresas, chamados na região de *pa-*

*trões da madeira*, também foram multados pelo Ibama no período analisado no relatório *À margem da lei*. Este ano, três desses intermediários já respondem por 68% dos contratos de compra de madeira das seis exportadoras de laminados e compensados.

**Ibama** – Segundo o Greenpeace, a estrutura do Ibama é insuficiente para fiscalizar a região. O Ibama tem apenas um fiscal para vigiar uma área do tamanho da Suíça e o valor médio da multa aplicada é de menos de R\$1,50 por metro cúbico. “Estamos cansados de saber que 80% da madeira produzida na Amazônia é ilegal. Chegou a hora de dar um basta nisso, responsabilizando criminalmente os infratores e impedindo-os de continuar agindo”, disse Paulo Adário, coordenador da campanha do Greenpeace na Amazônia. “Queremos que as empresas assumam o compromisso claro de só comprar matéria-prima comprovadamente legal.”

O Greenpeace acredita que o setor madeireiro só tem a ganhar com o fim da ilegalidade. “As próprias empresas madeireiras sairão lucrando. Hoje, elas têm a sua imagem prejudicada por quem desrespeita a lei”, prosseguiu o ambientalista. “É bom lembrar que o Amazonas exporta 77% de sua produção de madeira para países cujos consumidores exigem cada vez mais padrões ambientalmente responsáveis, como a certificação florestal.”